

Economia
Brasil

Negócios

FINANÇAS

O país entra no vermelho

● Recessão não cumpre objetivo de baixar inflação e mostra uma face cruel a todo o Brasil

Carina Caldas



Programada para entrar em cena como principal instrumento de combate à inflação, a recessão dos anos 90 está jogando o país em assustadores números vermelhos — sem ainda demonstrar tamanha eficiência, no entanto, no cumprimento de sua principal missão. Recorde de desemprego na produção industrial nos últimos 20 anos e queda de 19% na renda dos trabalhadores — bem acima dos 10% registrados nos tempos magros de 1983 — misturam-se a outros dados que revelam a incapacidade dos brasileiros de se manterem em dia até com as contas mais rotineiras.

O índice de inquilinos com aluguéis vencidos em todo o país passeia entre 5% e 7% desde 1991 (cerca de 300 mil famílias), contra a média his-

tórica de 1%. No Rio de Janeiro os atrasos nos pagamentos de contas de luz de indústrias chegaram a 37,56% em janeiro, diante de um índice de 3,5% no início de 1991. Outro forte indício de que 1992 começou em marcha a ré é a redução nacional no consumo industrial de energia elétrica (4%) e de combustíveis (7%), verificada no mês passado, em relação a dezembro.

Na comparação com o período recessivo do início da década de 80 há quem afirme que a crise atual é ainda mais grave. Não só por apresentar quedas mais expressivas em certos índices de emprego e salário, mas sobretudo em função do próprio momento em que está ocorrendo.

"Em 81 e 83, vinhamos de uma década de crescimento, havia gorduras para cortar. Agora a recessão chega após uma década de estagnação, com condições sociais muito piores. Por isso, ela é mais pesada, principalmente para as camadas mais pobres da população", analisa José Cláudio Ferreira da Silva, técnico do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Tempo — Se houve saques em

supermercados em 1983, o reflexo dos tempos duros da década de 90 é bem mais amplo, segundo o economista da PUC José Márcio Camargo: "É a violência, a delinquência infantil nas grandes cidades, o que é muito mais grave". Ele lança mão de outros dados para traçar o perfil da atual recessão, que qualifica de extremamente profunda: "A queda da renda média dos trabalhadores foi de 10% em 83/84, mas em 90/91, essa retração chega a 19%".

Lembra ainda que, em 1991, pela primeira vez, a taxa de desemprego cresceu no segundo semestre — período em que, normalmente, o ritmo da economia se acelera. "Em julho era de 3,6%, mas chegou a 4,15% em dezembro". Este cenário é comprovado pelos indicadores da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em julho passado, a indústria de São Paulo havia registrado queda de 10% nas vendas em relação ao mês anterior, enquanto o nível de emprego estava 0,74% menor. Já em dezembro, as vendas caíram 20% em comparação com novembro e o número

de pessoas ocupadas foi reduzido em 0,95%.

São indícios, para Camargo, de que o fundo do poço ainda não chegou. "Ninguém sabe quanto tempo vai levar para a política recessiva baixar a inflação. É um efeito lento e, por isso, extremamente doloroso", alerta o economista, ressaltando que a crise atual "só é comparável à registrada na década de 30".

Ela já sustenta tristes títulos: O ano de 1991, por exemplo, registrou a maior taxa de desemprego na indústria dos últimos 20 anos: 10,2%, acompanhada de uma redução de 13,3% dos salários reais, segundo o IBGE.

Desde 1984 não se via crescimento tão significativo (11%) no total de trabalhadores sem carteira assinada e de pessoas que trabalham por conta própria: nas seis regiões englobadas pela Pesquisa Mensal de Empregos do IBGE (Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre), eram 7 milhões de pessoas nessas duas categorias, em dezembro passado.

Por outro lado, foi a primeira vez

nos últimos sete anos que o IBGE verificou queda no número de trabalhadores com carteira assinada (3%), um contingente de 9,3 milhões — metade das 18 milhões de pessoas economicamente ativas nas seis regiões metropolitanas. Nessas áreas, chegou-se a dezembro com 900 mil desempregados.

Surge daí outro aspecto perverso da atual crise: a redução também da qualidade (ao lado da quantidade) do emprego. Hoje o universo de pessoas sobrevivendo na informalidade é muito mais amplo do que no início dos anos 80. E mesmo que não estessem ocupadas, essas pessoas não colaboram mais para engordar os números de desempregados.

Somente entre os trabalhadores registrados, 3 milhões de pessoas receberam o seguro-desemprego em 1991, segundo o Ministério do Trabalho. E pelas estatísticas do INSS, o benefício é utilizado somente por 40% dos desempregados. Chega-se assim ao assombroso volume de 7,5 milhões de pessoas desocupadas no país.